

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO:	CONCURSO PÚBLICO (COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL), AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 20º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
---------------	---

PREÇO BASE:	€ 610 902,00 (SEISCENTOS E DEZ MIL, NOVECENTOS E DOIS EUROS)
-------------	---

OBJETO CONTRATUAL:	SERVIÇO DE MEIOS DE SOCORRO SBA (SERVIÇO DE BRIGADAS DE AERÓDROMO) PARA O AERÓDROMO DE VILAR DE LUZ
--------------------	--

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO
DIVISÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 480 901 · dcp.dfp@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt

ÍNDICE

ARTIGO 1.º OBJETO DO CONCURSO	3
ARTIGO 2.º ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE	3
ARTIGO 3.º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR.....	3
ARTIGO 4.º PREÇO BASE	3
ARTIGO 5.º PREÇO ANORMALMENTE BAIXO.....	3
ARTIGO 6.º PRAZO DE VIGÊNCIA	4
ARTIGO 7.º CONCORRENTES	4
ARTIGO 8.º ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS.....	4
ARTIGO 9.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	5
ARTIGO 10.º CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	5
ARTIGO 11.º ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
ARTIGO 12.º APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	6
ARTIGO 13.º PROPOSTA.....	6
ARTIGO 14.º PROPOSTAS VARIANTES	7
ARTIGO 15.º DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	7
ARTIGO 16.º MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	8
ARTIGO 17.º RETIRADA DA PROPOSTA.....	8
ARTIGO 18.º LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS	8
ARTIGO 19.º ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS	9
ARTIGO 20.º EXCLUSÃO DE PROPOSTAS	9
ARTIGO 21.º LEILÃO ELETRÓNICO	10
ARTIGO 22.º RELATÓRIO PRELIMINAR.....	10
ARTIGO 23.º AUDIÊNCIA PRÉVIA	10
ARTIGO 24.º RELATÓRIO FINAL	10
ARTIGO 25.º DEVER DE ADJUDICAÇÃO.....	10
ARTIGO 26.º CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO.....	10
ARTIGO 27.º NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	11
ARTIGO 28.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	11
ARTIGO 29.º MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	12
ARTIGO 30.º CAUÇÃO.....	12
ARTIGO 31.º MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO.....	13
ARTIGO 32.º NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	13
ARTIGO 33.º CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO.....	13
ARTIGO 34.º ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	14
ARTIGO 35.º RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA	14
ARTIGO 36.º CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO.....	14
ARTIGO 37.º PROVA DE DECLARAÇÕES.....	14
ARTIGO 38.º FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES	14
ARTIGO 39.º IDONEIDADE	15
ARTIGO 40.º POSSIBILIDADE DE RECURSO AO AJUSTE DIRETO	15
ARTIGO 41.º ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO	15
ARTIGO 42.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	15

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente concurso tem por objeto “SERVIÇO DE MEIOS DE SOCORRO SBA (SERVIÇO DE BRIGADAS DE AERÓDROMO) PARA O AERÓDROMO DE VILAR DE LUZ”, (CPV - Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos 60443000-5 – “Serviços de socorro aéreo”, do Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008).

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município da Maia.

Câmara Municipal da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474-006 MAIA

Telef. 22 9408600

Fax. 22 9480901

<http://www.cm-maia.pt>

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado no dia 11 de abril de 2025, a qual foi objeto de delegação de competência da Câmara Municipal da Maia no Presidente da Câmara, nos termos deliberados na reunião extraordinária que teve lugar no dia 19 de outubro de 2021 e objeto de republicação na reunião ordinária do dia 02 de novembro (Edital n.º 784/2021, de 4 de novembro).

Artigo 4.º

Preço base

1 -O preço base do procedimento é de **€ 610.902,00** (seiscentos e dez mil novecentos e dois euros), sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

2 - O valor indicado no número anterior não tem caráter vinculativo, constituindo o mesmo, mera previsão para o período do contrato, reservando-se o Município da Maia do direito de adquirir somente os serviços necessários ao funcionamento do Aeródromo de Vila da Luz;

3 - A não utilização da totalidade do valor contratual não dá direito igualmente a qualquer indemnização, compensação ou reposição do equilíbrio financeiro do contrato por eventual quebra de expectativas.

4 - O preço base referido no número um inclui todos custos com os meios e equipamentos necessários para a prestação de serviços bem como os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicatária, nomeadamente os relativos ao transporte de pessoas e bens, alimentação, alojamento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 5.º

Preço anormalmente baixo

Ao abrigo do n.º 1 do artigo n.º 71.º do CCP, a entidade adjudicante não vai definir preço anormalmente baixo.

Artigo 6.º

Prazo de Vigência

- 1 - O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 30 (trinta) meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2 - Durante o período contratual anteriormente referido, a entidade adjudicante não fica vinculada à integral execução do preço contratual da proposta adjudicada de cada Lote, constituindo este um limite máximo estimado para o mencionado período.

Artigo 7.º

Concorrentes

- 1 - É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
- 2 - Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e que tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
- 3 - É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de Consórcio Externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato. No caso de consórcio, todas as empresas integrantes devem satisfazer as disposições de idoneidade referidas no artigo 55.º do CCP.
- 4 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

Artigo 8.º

Assinatura eletrónica dos documentos

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
 - c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
 - e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do adjudicatário que os submetem.
 - f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica de quem o submeta, atestando a sua conformidade com o documento original.

Artigo 9.º

Critério de adjudicação

1 - Nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, a adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade Monofator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço (mais baixo preço), nos seguintes termos:

a) Preço hora da prestação de serviços.

2 - No caso da existência de dois ou mais concorrentes que apresentem o mesmo preço, a proposta de adjudicação será efetuada ao concorrente que:

a) Apresente maior número de colaboradores na sua equipa com formação de Bombeiro de Aeródromo;

b) A manter-se o empate, será realizado um sorteio presencial, cujas condições serão oportunamente notificadas a todos os concorrentes.

3 - As propostas serão hierarquizadas de forma decrescente, sendo a melhor proposta aquela que apresentar o melhor preço.

4 - Os preços deverão ser apresentados com arredondamento a duas casas decimais.

SECÇÃO II

Peças do Procedimento

Artigo 10.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1 - As peças que instruem o procedimento são o Anúncio, o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, e respetivos Anexos.

2 - As peças do procedimento encontram-se disponíveis no serviço de contratação pública, da Câmara Municipal da Maia, Praça do Doutor José Vieira da Carvalho, onde podem ser consultadas pelos interessados, durante as horas normais de expediente (9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h), desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3 - Durante a consulta das peças do procedimento não é permitida a reprodução de quaisquer documentos por cópia, fotografia ou processo semelhante, nem neles fazer qualquer inscrição.

4 - As peças do procedimento serão ainda disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.

5 - O presente procedimento será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

6 - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento. O interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma. Caso não esteja inscrito, deverá proceder ao respetivo registo em https://www.acingov.pt/acingovprod/2/zonaPublica/zona_publica_c/adesao.

7 - As normas constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconforme.

Artigo 11.º

Esclarecimentos, Erros e Omissões e retificações das peças do procedimento

1 - Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, **durante o primeiro terço do prazo – (até às 23:59h)** fixado para a apresentação das propostas, não sendo considerados os pedidos com data de solicitação posterior ao termo do referido prazo.

- 2 - No mesmo prazo, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 3 - Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao júri, através da plataforma eletrónica de contratação AcinGov em <https://www.acingov.pt>, na funcionalidade mensagens/esclarecimentos, utilizando a opção "criar mensagem".
- 4 - Até ao **fim do segundo terço do prazo – (até às 23:59h)** fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados, e pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 5 - O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
- 6 - Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto em matéria de prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas.
- 7 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <https://www.acingov.pt>, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 8 - Os esclarecimentos e as retificações fazer parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO III

Propostas

Artigo 12.º

Apresentação das propostas

- 1 - Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <https://www.acingov.pt>, até às **23:59h do 33º (trigésimo terceiro) dia**, a contar da data de envio para publicação do anúncio no Diário da República, e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 3 - O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.
- 4 - Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo.
- 5 - Cada ficheiro deve constituir um ficheiro autónomo.

Artigo 13.º

Proposta

- 1 - Na proposta, o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para avaliação da mesma.
- 3 - Na proposta o concorrente deve indicar:
 - a) Preço hora da prestação de serviços;
 - b) Preço total, atento ao número de horas estimado no Caderno de Encargos;
 - c) Número de colaboradores disponíveis na equipa com os requisitos exigidos;

- 4 - O preço, que não deve incluir o I.V.A., deve ser indicado em algarismos. Quando o preço constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o preço indicado em algarismos.
- 5 - A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o I.V.A., indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
- 6 - A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e de acordo com o disposto no artigo 8.º do presente programa de procedimento. Os documentos não serão considerados assinados se apenas se encontrar assinado o processo de inserção na plataforma eletrónica de contratação pública. Para além dessa assinatura, os documentos propriamente ditos devem ser assinados pela pessoa com legitimidade para o efeito.
- 7 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.
- 8 - O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 120 dias contados da data limite para a sua entrega.
- 9 - Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 14.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 15.º

Documentos que constituem a proposta

- 1 - A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>, disponibilizado com o presente programa de concurso (Anexo I - A).
 - b) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável;
 - c) **Proposta de preço**, tendo em conta o constante no Artigo 13.º do presente Programa de Procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - d) Declaração emitida pelo concorrente, nos termos do **Anexo III** do Programa do Procedimento, sobre o cumprimento do vínculo contratual dos trabalhadores a afetar à aquisição de serviços, atendendo ao seu prazo, nos termos e para efeitos do artigo 419º-A do Código dos Contratos Públicos, e em cumprimento da Cláusula 12.ª das cláusulas jurídicas do Caderno de Encargos.
 - e) **Cópia do pacto social ou certidão**, devidamente atualizada, emitida pela Conservatória do Registo Comercial, onde conste o objeto de sociedade do concorrente;
 - f) No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa através da certidão permanente deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo(s) (procuração ou documento equivalente);
 - g) **Declaração, sob o compromisso de honra**, onde declara a identificação (nominativa) e informações dos elementos das equipas (para eventual verificação dos pontos 2.1.2 e 2.1.8 da Cláusula 2.ª da Parte II do Caderno de Encargos).
 - h) **Declaração de Independência da Proposta**, nos termos do **Anexo IV** do Programa do Procedimento;
 - i) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no processo de concurso.

- 2 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
- 3 - Os concorrentes nacionais de outros Estados Membros da União Europeia, ou neles estabelecidos, devem deter os requisitos exigidos legalmente nesse Estado membro para a prestação de serviços objeto do contrato.
- 4 - No caso de na ordem jurídica do país de origem do concorrente não existir documento idêntico ao especialmente requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração sobre compromisso de honra feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.
- 5 - No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nas alíneas a) e e) do número 1.
- 6 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o documento referido na alínea a) do n.º 1 deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.
- 7 - Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
- 8 - Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 16.º

Modo de apresentação da proposta

- 1 - Os documentos referidos na cláusula anterior devem seguir a ordem apresentada e o nome dos ficheiros deve permitir a sua imediata identificação;
- 2 - Cada ficheiro deve constituir um ficheiro autónomo;
- 3 - A colocação de ficheiros na plataforma deverá ser otimizada, devendo para os efeitos agruparem-se ficheiros autónomos em ficheiros/pastas comprimidas, devendo a identificação ser fácil e imediata.

Artigo 17.º

Retirada da Proposta

- 1 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.
- 2 - O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

SECÇÃO IV

Abertura das propostas

Artigo 18.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1 - O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.
- 2 - Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

SECÇÃO V

Análise das propostas

Artigo 19.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão da proposta
3. O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
4. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.
5. Os esclarecimentos e suprimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

Artigo 20.º

Exclusão de propostas

- 1 - São excluídas as propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do prazo fixado;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto do presente Programa do Procedimento;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, o Município da Maia tenha conhecimento que se verifica algumas das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no presente Programa do Procedimento, ou não cumpram o que ali se encontra estabelecido;
 - e) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixado no presente Programa do Procedimento;
 - g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do que se encontra expressamente previsto nas regras do programa do procedimento;
- 2 - São ainda excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos da proposta, nos termos referido no presente Programa do Procedimento;
 - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
 - e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Artigo 21.º

Leilão eletrónico

A entidade adjudicante não vai recorrer à realização de leilão eletrónico.

SECÇÃO VI

Adjudicação

Artigo 22.º

Relatório preliminar

- 1 - Após a análise das propostas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
- 2 - No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, relativamente às quais se verifique alguma das situações a que anteriormente se alude.
- 3 - Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

Artigo 23.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>, no prazo que para o efeito lhes for fixado, nos termos do artigo 147.º do CCP.

Artigo 24.º

Relatório final

- 1 - Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 2 - No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 3 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 25.º

Dever de adjudicação

A decisão de adjudicação e respetiva notificação ao concorrente deve ter lugar até ao termo do prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 26.º

Causas de não adjudicação

- 1 - Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;

- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
 - e) A entidade adjudicante considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis;
 - f) No procedimento de diálogo concorrencial, nenhuma das soluções apresentadas satisfaça as necessidades e as exigências da entidade adjudicante.
 - g) No procedimento para a celebração de acordo –quadro com várias entidades o número de propostas apresentadas ou admitidas seja inferior ao número mínimo previsto no programa de concurso.
- 2 - A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
- 3 - No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
- 4 - A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 27.º

Notificação da decisão de adjudicação

- 1 - A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 2 - Juntamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, **no(s) prazo(s) para o efeito fixado(s)**:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa do Procedimento;
 - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
- 3 - As notificações antes referidas são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 28.º

Documentos de habilitação

- 1 - Os documentos de habilitação a apresentar pela entidade adjudicatária, no **prazo de 10 dias**, são os seguintes:
 - a) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) Documento comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo constantes no RCBE - Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
 - f) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes seguidamente mencionados, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- g) Certidão do registo comercial ou similar;
 - h) Declaração com a identificação pormenorizada e nominativa de todos os trabalhadores a afetar à prestação de serviços, nos termos e para efeitos do artigo 419º-A do Código dos Contratos Públicos;
 - i) Declaração de inexistência de conflito de interesses e inexistência de conluio, nos termos do Anexo V do Programa do Procedimento.
- 2 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
 - 3 - Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação deverão ser apresentados por todos os seus membros.
 - 4 - Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
 - 5 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
 - 6 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento.
 - 7 - A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no n.º 1 do presente artigo para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 29.º

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

- 1 - O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação antes referidos, preferencialmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.
- 2 - Quando os documentos a que se referem as alíneas b) a g) do n.º 1 do artigo 27.º do presente Programa do Procedimento se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município da Maia o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3 - Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que o Município da Maia consulte a informação relativa a qualquer dos documentos mencionados no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.
- 4 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Artigo 30.º

Caução

- 1 - Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve apresentar caução do valor de **2,0 %** (dois por cento) do preço contratual.
- 2 - O adjudicatário deve prestar a caução **no prazo de 10 dias** a contar da notificação da adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

Artigo 31.º

Modo de prestação da caução

- 1 - A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme modelos constantes dos Anexos VI, VII e VIII ao presente Programa do Procedimento.
- 2 - O depósito em dinheiro ou títulos efetua-se em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município da Maia, devendo especificar o fim a que se destina.
- 3 - Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
- 4 - Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- 5 - Tratando-se de seguro-caução o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 6 - Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação de caução.
- 7 - Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 32.º

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

- 1 - O órgão competente para decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
- 2 - Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 85.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.

Artigo 33.º

Caducidade da adjudicação

- 1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados no presente Programa do Procedimento;
 - b) Não apresentar os documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada;
 - c) Não confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de se tratar de um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade jurídica prevista no presente Programa do Procedimento. Neste caso, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante.
- 2 - Nos casos previstos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VII

Contrato

Artigo 34.º

Aceitação da minuta do contrato

- 1 - Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica –a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos
- 2 - A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos, nos termos da lei, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 35.º

Reclamações contra a minuta

- 1 - São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 2 - No **prazo de 10 dias** a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 36.º

Celebração de contrato escrito

- 1 - O contrato deve ser celebrado no **prazo de 30 dias** após a aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento da decisão sobre a reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respetivo deferimento tácito, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução;
 - d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, se for o caso.
- 2 - A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.
- 3 - Se a entidade pública adjudicante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta.

SECÇÃO VIII

Declarações e documentos

Artigo 37.º

Prova de declarações

- 1 - A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- 2 - No prazo fixado na notificação da decisão de adjudicação, deve o adjudicatário entregar os documentos de habilitação exigidos, apresentando para o efeito certidões emitidas pelas autoridades competentes do respetivo Estado Membro.
- 3 - Quando a não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado se verificar por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 38.º

Falsidade de documentos e de declarações

- 1 - Sem prejuízo dos procedimentos tendentes à responsabilização e da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento de índole criminal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas

declarações no âmbito deste procedimento determinam a exclusão imediata do concorrente e, sendo o caso, a caducidade da decisão de adjudicação.

- 2 - O disposto no n.º 1 é aplicável no caso de recusa injustificada de apresentação da exigida comprovação.

Artigo 39.º

Idoneidade

- 1 - Podem ser excluídos do presente procedimento, em qualquer momento, os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - A verificação de alguma dessas situações relativamente a um ou mais membros de um agrupamento poderá implicar a exclusão desse agrupamento.

SECÇÃO IX

Disposições finais

Artigo 40.º

Possibilidade de recurso ao ajuste direto

1. Nos termos e para os efeitos das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, o presente procedimento contempla a possibilidade de recurso ao ajuste direto, quando se trate de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares que tenham sido objeto deste contrato, desde que, de forma cumulativa:
 - a) Esses serviços estejam em conformidade com um projeto de base comum;
 - b) O contrato tenha sido celebrado, há menos de três anos;
 - c) O anúncio do procedimento tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, no caso de o somatório do valor estimado do contrato e do preço contratual relativo ao contrato inicial ser igual ou superior ao valor do montante do limiar europeu previsto para os contratos públicos de prestação de serviços, adjudicados por Entidades Adjudicantes;
 - d) A possibilidade de adoção do ajuste direto tenha sido indicada no anúncio ou no programa de procedimento

Artigo 41.º

Encargos do Adjudicatário

- 1 - Constituem encargos do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.
- 2 - As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 42.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que o presente Programa do Procedimento for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como na demais legislação aplicável.

ANEXO I

Modelo de declaração [a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP]

DEUCP – Documento Europeu Único de Contratação Pública, de formato eletrónico, a obter na área específica do Portal dos Contratos Públicos, em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>
(ficheiro disponível em anexo – ANEXO I -A)

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura **(5)**].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP, referente ao procedimento de Contratação Pública N.º.....

2 - Declara também que, caso o Gestor do Contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

(local), (data), [assinatura].

Anexo IV

Declaração de Independência da Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

... (local), ... (data), ... (assinatura).

¹ Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.

Anexo V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES E INEXISTÊNCIA DE CONLUÍO

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato n.º relativo a (objeto do contrato) lançado pela (entidade adjudicante), declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local), ... (data), ... (assinatura).

ANEXO VI

Modelo de Garantia Bancária

(n.º 5 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos – Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual)

Em nome e a pedido de ...¹, vem o(a) ...², pelo presente documento, prestar a favor de ...³, uma garantia bancária/seguro-caução⁴, até ao montante de ...⁵, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do processo relativo à adjudicação de ...⁶, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. A presente garantia/seguro-caução corresponde a ...⁷ do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros⁸ garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (data)

... (assinatura)

¹ Identificação completa do adjudicatário.

² Identificação completa da instituição garante.

³ Identificação completa da entidade beneficiária.

⁴ Eliminar o que não interessar.

⁵ Indicar o valor por extenso.

⁶ Indicar o objeto da adjudicação. Se se tratar do fornecimento de diversos bens ou serviços, indicar os de maior valor, aditado da expressão «e outros».

⁷ Indicar a percentagem, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

⁸ Eliminar o que não interessar.

ANEXO VII

Modelo de Seguro Caução

A companhia de seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor do Município da Maia e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente a (percentagem), destinada a garantir o Exato e Pontual Cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com o Município da Maia vai outorgar e que tem por objeto o Concurso Público com publicitação internacional para a - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, regulado nos termos da legislação aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município da Maia, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Município da Maia quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável.

Local e Data _____

Assinatura (a)_____

(a) Por representante(s) da(s) empresa(s) com poderes para a(s) vincular neste ato.

ANEXO VIII

Modelo de Guia de Depósito

Valor:

Vai, residente (ou com escritório) em, na, depositar na (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para o Concurso Público com publicitação internacional para a xxxxxxxxxxxx, para os efeitos do n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Este depósito fica à ordem do Município da Maia, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Local e Data

Assinatura (a)

(a) Por representante(s) da(s) empresa(s) com poderes para a(s) vincular neste ato.